

Venezuela em transe

Depois de passar seis anos alegando que o presidente da Venezuela liderava um cartel de traficantes de drogas, o Departamento de Justiça norte-americano reescreveu a acusação e amenizou a descrição do papel do líder chavista

Agora EUA dizem que Maduro não chefia narcocartel

» ISABELLA ALMEIDA

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos reuou em relação à principal alegação do governo Trump contra Nicolás Maduro: a de que ele lidera um cartel de drogas chamado Cartel de los Soles. A mudança ocorreu após a captura de Maduro por forças norte-americanas e reacendeu questionamentos sobre a legitimidade das ações judiciais e políticas adotadas por Washington contra o governo venezuelano.

A acusação inicial aconteceu em 2020, quando um júri dos EUA indiciou Maduro por narcotráfico e terrorismo, descrevendo o Cartel de los Soles como uma organização criminosa estruturada e apontando o líder chavista como chefe da instituição. Em julho de 2025, o Departamento do Tesouro dos EUA classificou o suposto cartel como organização terrorista. Em novembro do mesmo ano, por ordem de Marco Rubio, secretário de Estado e conselheiro de segurança nacional, o Departamento de Estado delineou uma designação parecida.

No entanto, essa versão sempre foi contestada. Segundo o *The New York Times*, alguns especialistas afirmam que “Cartel de los Soles” é uma gíria criada pela imprensa venezuelana nos anos 1990 para se referir, de forma genérica, a autoridades civis e militares corrompidas pelo dinheiro do tráfico, e não a uma organização criminosa formal. No sábado, após a captura de Maduro, o Departamento de Justiça divulgou uma acusação reescrita sobre o tema.

Na nova versão, os promotores mantêm a acusação de conspiração para o tráfico de drogas, mas recuam sobre a existência do Cartel de los Soles e sobre o que seria o papel de Maduro na organização. O texto passa a definir o termo como um “sistema de clientelismo” e uma “cultura de corrupção” respaldados pelo narcotráfico. Enquanto a acusação antiga mencionava o cartel 32 vezes e tratava Maduro como líder, a nova o cita apenas duas vezes e afirma que o presidente, assim como seu antecessor, Hugo Chávez, “participou, perpetuou e protegeu esse sistema de clientelismo”.

Segundo a pasta, os lucros do tráfico e a proteção oferecida a parceiros criminosos “fluem para funcionários civis, militares e de inteligência corruptos, que operam em um sistema de clientelismo dirigido por aqueles no topo, conhecido como Cartel de los Soles ou Cartel dos Sóis”. O nome é uma referência à insígnia do sol afixada nos uniformes dos oficiais militares venezuelanos de alto escalão.

Para Eduardo Galvão, professor de relações internacionais do Ibmecc Brasília, o recuo da administração Trump na acusação sobre o Cartel de los Soles não significa, na prática, o colapso do caso, mas

RS/Fotos Publicas



Nicolás Maduro e a esposa, Cilia Flores, logo após chegarem de helicóptero para audiência no Tribunal Distrital Federal em Nova York

Duas perguntas para

JOÃO VITOR CÂNDIDO, internacionalista e comunicólogo político e internacional

O que representa o recuo dos Estados Unidos em relação ao Cartel del Soles?

A retirada da principal acusação contra Nicolás Maduro tem menos relação com absolvição e mais com uma recalibragem estratégica e jurídica. Casos desse tipo, sobretudo no contexto internacional, costumam ser ajustados quando há dificuldades probatórias, mudança de prioridades diplomáticas ou necessidade de preservar canais de negociação. Isso não significa inocência automática, mas sim que o direito internacional penal e a política externa operam, muitas vezes, em ritmos e lógicas diferentes.

O que se pode esperar nos próximos dias?

O cenário mais provável é de acomodação e ajuste estratégico, não de ruptura. A retirada da principal acusação tende a abrir espaço para uma recalibragem diplomática gradual entre os Estados Unidos e a Venezuela, com retomada cautelosa de canais institucionais e foco em interesses pragmáticos, especialmente econômicos e regionais. Internamente, Nicolás Maduro deve explorar o episódio como narrativa de fortalecimento político, embora isso não signifique normalização internacional imediata. As sanções mais amplas tendem a permanecer, ainda que com ajustes pontuais, e a pressão externa deve se deslocar do campo penal direto para temas como eleições, direitos humanos e compromissos mínimos de governança democrática.

Arquivo cedido



Ao abandonar a tese de uma organização terrorista estruturada sob comando direto de Maduro, Washington reduz a carga simbólica e excepcional do processo e o desloca para um terreno mais 'clássico' do direito internacional, centrado em conspiração para o narcotráfico, corrupção sistêmica e uso do aparato estatal para facilitar crimes transnacionais

Eduardo Galvão, professor de relações internacionais do Ibmecc Brasília

sim uma alteração relevante do enquadramento político e jurídico. “Ao abandonar a tese de uma organização terrorista

estruturada sob comando direto de Maduro, Washington reduz a carga simbólica e excepcional do processo e o desloca

para um terreno mais ‘clássico’ do direito internacional, centrado em conspiração para o narcotráfico, corrupção

sistêmica e uso do aparato estatal para facilitar crimes transnacionais. O julgamento, portanto, tende a se tornar menos

espetacular do ponto de vista retórico, e mais técnico, com disputas intensas sobre provas, jurisdição, imunidades e devido processo legal.”

Situação em Caracas

No plano interno, a captura de Maduro continua provocando fortes reações nas autoridades. A presidente interina, Delcy Rodríguez, afirmou ontem que nenhum “agente externo” comanda o país. “O governo da Venezuela vigora em nosso país, mais ninguém, não há agente externo que governa a Venezuela”, disse, em uma mensagem televisionada. Seu mandato, que inicialmente deve durar 90 dias, com possibilidade de prorrogação, começou sob forte pressão de Donald Trump, que declarou controlar o país após o bombardeio à capital, Caracas, e a locais de outros dois estados.

O procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, também se manifestou ontem, solicitando a um juiz de Nova York que “reconheça a falta de jurisdição” do tribunal onde Maduro responde por narcotráfico e terrorismo. “Quero fazer um apelo ao juiz Alvin Hellerstein para que respeite a legalidade internacional e proceda à consideração da falta de jurisdição do tribunal sob seu comando para julgar um mandatário de uma nação soberana”, afirmou Saab, em pronunciamento televisivo.

Conforme o mestre em direito internacional e professor de direitos humanos Frederico Afonso, o pedido da Procuradoria venezuelana é uma linha clássica e previsível de defesa. “O argumento central é o da incompetência jurisdicional da Justiça norte-americana para julgar fatos que foram praticados fora do território dos EUA, por cidadãos estrangeiros no exercício de funções estatais de um Estado soberano.”

O especialista reitera que, do ponto de vista do direito internacional, caberá à Venezuela sustentar que não reconhece a jurisdição penal dos EUA sobre seu povo. “Entende-se que se trata de uma violação ao princípio da soberania estatal e da não intervenção, considerando que não houve consentimento nem há tratado internacional que legitime esse julgamento. Nada disso é ‘absurdo’ juridicamente. É uma tese defensiva padrão em casos de extraterritorialidade penal. Insisto, é o básico.”

Tarek William Saab anunciou ainda a designação de três promotores para investigar as “dezenas de baixas de inocentes civis e militares” ocorridas durante a ofensiva norte-americana. Para ele, trata-se de “crime de guerra dessa agressão inusitada contra a pátria venezuelana”. O ministro da Defesa, Vladimir Padrino, afirmou que, após o ataque, as autoridades levantaram “informações referentes aos feridos e mortos”.

Número atualizado de mortos chega a 55

A ação dos Estados Unidos para capturar Nicolás Maduro deixou pelo menos 55 militares cubanos e venezuelanos mortos. Os números foram atualizados ontem pelas duas nações. Anteriormente, a Venezuela mantinha sigilo sobre a quantidade de vítimas da operação ordenada por Donald Trump. Havana divulgou uma lista com os nomes dos 32 militares cubanos que morreram em Caracas. Um dia

antes, o Exército venezuelano publicou notas fúnebres de 23 agentes mortos, embora presuma que a quantidade de baixas seja maior.

Delcy Rodríguez, que assumiu interinamente a Presidência da Venezuela, ofereceu um “reconhecimento aos mártires que deram suas vidas para defender a Venezuela. Esse é um povo que não se rende, somos um povo que não se entrega. Estamos aqui governando

junto ao povo”, reforçou.

O número total de civis mortos na investida norte-americana ainda é desconhecido. A *Agence France-Presse (AFP)* confirmou a morte de uma mulher de 80 anos nos bombardeios. Uma rede que reúne médicos na Venezuela estima um saldo total de 70 mortos e 90 feridos.

O chavismo promoveu, ontem, uma “marcha de mulheres” para solicitar a libertação de Maduro e sua

esposa, que também é parlamentar. Desde sábado, o movimento convocou manifestações diárias. Centenas de militantes participaram dos protestos. O ministro do Interior, Diosdado Cabello, caminhou com a população em uma avenida de Caracas. “Os que hoje riem da própria desgraça, os que dizem que levaram Nicolás e que a revolução vai cair, não conhecem este povo”, disse Cabello de um palanque antes de começar a marcha.

Advertência

“Delcy deveria dormir com um olho aberto agora mesmo”, disse à *AFP* o ex-diplomata americano Brian Naranjo, que foi o número dois da embaixada de seu país na Venezuela entre 2014 e 2018, antes de ser expulso por Maduro. “Atrás dela há dois homens que ficariam mais do que felizes em cortar sua garganta e tomar o controle”,

acrescentou, se referindo a Cabello e Vladimir Padrino López, general e ministro da Defesa da Venezuela.

O analista político venezuelano Mariano De Alba afirmou, no entanto, que “apesar das diferenças internas, o chavismo tem bem internalizado que apenas em uma coesão aparente tem chance de se perpetuar no poder”.